



**Banco Original**

**Demonstrações Financeiras Individuais  
Preparadas de Acordo com Práticas  
Contábeis Adotadas no Brasil**

**Banco Original do Agronegócio S.A.**

**30 de Junho de 2014**

ÍNDICE	Pág.
<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	13
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	18
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	18
Nota 9 . Outros Créditos	20
Nota 10 . Outros Valores e Bens	23
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 12 . Imobilizado de Uso	23
Nota 13 . Diferido	23
Nota 14 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 15 . Outras Obrigações	25
Nota 16 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 17 . Patrimônio Líquido	26
Nota 18 . Limites Operacionais	27
Nota 19 . Partes Relacionadas	27
Nota 20 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 21 . Despesas de Pessoal	29
Nota 22 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 23 . Despesas Tributárias	29
Nota 24 . Outras Receitas Operacionais	30
Nota 25 . Outras Despesas Operacionais	30
Nota 26 . Resultado não Operacional	30
Nota 27 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 28 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 29 . Outras Informações	32

**Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Conta com uma mesa de operações voltada para o atendimento a clientes e também proprietária, realizando operações estruturadas, renegociação de dívidas e de derivativos em bolsa, câmbio pronto e câmbio físico, além de financiamento de projetos pecuários que incluem a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de insumos e de animais.

**• Desempenho nos Negócios****1. Resultados**

Em 30 de junho de 2014, o Banco apresentou lucro no semestre de R\$2.467 mil, contra um lucro de R\$13.664 mil apresentados no primeiro semestre de 2013.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$25.333 mil no primeiro semestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013 o resultado foi de R\$76.454.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 30 de junho de 2014 é de R\$(8.311) mil e R\$6.489 mil no mesmo período de 2013.

**2. Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$418.482 mil (30/06/2013 - R\$803.543 mil), são representados por: R\$25.589 (30/06/2013 - R\$205.709 mil) Aplicações Interfinanceiras, R\$51.669 (30/06/2013 - R\$87.232 mil) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$309.198 mil (30/06/2013 - R\$387.242 mil).

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$337.592 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$28.394 mil, correspondente a 8,4% da carteira total, em junho de 2013 correspondiam a R\$425.194 mil, R\$37.952 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$347.609 mil e em 2013 R\$862.395 mil.

**3. Patrimônio Líquido**

Patrimoniais - R\$2.425 mil e Ajuste de Avaliação Patrimonial R\$ 364 ), comparados a R\$102.656 mil (Capital Social - R\$101.212 mil, Reservas de Lucros - R\$1.553 mil e Prejuízos Acumulados - R\$109 mil), apresenta evolução de 5%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro ocorrido no exercício de 2013.

**• Agência de Rating**

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's (1)	BR - 2	Baa2.br
Standard & Poor's (2)	brA-3	brBBB

(1) Atualizado em maio de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

**• Governança Corporativa****1. Gerenciamento de Riscos e Controles**

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais e a estrutura dos comitês de que governam o processo de gestão do Banco. A Instituição entende que é fundamental para o desempenho dos negócios manter um processo de decisão transparente que possibilite a todos os colaboradores a possibilidade de agregar valor ao negócio.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

**• Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 30 de junho de 2014 e para o mesmo período de 2013 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

**• Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 19 de agosto de 2014.

**Diretoria**

# **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original do Agronegócio S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

**BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
<b>Ativo Circulante</b>		<b>314.888</b>	<b>708.033</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>4.203</b>	<b>1.617</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>25.589</b>	<b>205.709</b>
Aplicações no Mercado Aberto		21.500	205.488
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.089	221
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>988</b>	<b>173.424</b>
Carteira Própria		941	50.206
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	6.036
Vinculados à Prestação de Garantias		-	27.609
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	47	89.573
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>168</b>	<b>147</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		12	24
Créditos Vinculados:		156	123
Depósitos no Banco Central		156	123
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>277.198</b>	<b>314.318</b>
Setor Privado		305.176	351.491
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(27.978)	(37.173)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>6.544</b>	<b>4.132</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados		-	117
Carteira de Câmbio	9.a	38	8
Rendas a Receber		-	125
Negociação e Intermediação de Valores		14	370
Créditos Tributários	9.b	2.587	1.607
Diversos	9.d	3.905	4.198
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(2.293)
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>198</b>	<b>8.686</b>
Outros Valores e Bens		-	8.000
Despesas Antecipadas		198	686
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>101.689</b>	<b>92.531</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>50.681</b>	<b>91</b>
Carteira Própria		14.139	-
Vinculados à Prestação de Garantias		36.542	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	-	91
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>32.000</b>	<b>72.924</b>
Setor Privado		32.416	73.703
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(416)	(779)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>19.008</b>	<b>19.516</b>
Créditos Tributários	9.b	19.008	19.516
<b>Permanente</b>		<b>1.905</b>	<b>2.979</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>530</b>	<b>200</b>
Participações em Coligadas e Controladas:		530	200
No País	11	530	200
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>1.375</b>	<b>1.586</b>
Outras Imobilizações de Uso		3.220	2.932
(Depreciações Acumuladas)		(1.845)	(1.346)
<b>Diferido</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>1.193</b>
Gastos de Organização e Expansão		-	7.156
(Amortizações Acumuladas)		-	(5.963)
<b>Total do Ativo</b>		<b>418.482</b>	<b>803.543</b>

**BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
<b>Passivo Circulante</b>		<b>230.928</b>	<b>589.820</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14.a</b>	<b>85.490</b>	<b>296.104</b>
Depósitos à Vista		3.796	10.746
Depósitos Interfinanceiros		30.480	203.611
Depósitos a Prazo		51.214	81.747
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>14.b</b>	<b>-</b>	<b>6.002</b>
Carteira Própria		-	6.002
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.c</b>	<b>138.762</b>	<b>187.800</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		138.762	187.800
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>40</b>	<b>14</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		40	14
<b>Relações Interdependências</b>		<b>407</b>	<b>559</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		407	559
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>14.e</b>	<b>228</b>	<b>3.694</b>
Outras Instituições		228	3.694
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>39</b>	<b>90.344</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos		39	90.344
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15</b>	<b>5.962</b>	<b>5.303</b>
Carteira de Câmbio		122	8
Fiscais e Previdenciárias	15.a	4.309	946
Negociação e Intermediação de Valores		550	2.606
Diversas	15.b	981	1.743
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>80.724</b>	<b>110.881</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14.a</b>	<b>63.362</b>	<b>97.594</b>
Depósitos a Prazo		63.362	97.594
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.c</b>	<b>15.122</b>	<b>11.327</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		15.122	11.327
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>14.e</b>	<b>465</b>	<b>914</b>
Outras Instituições		465	914
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15</b>	<b>1.775</b>	<b>1.046</b>
Diversas	15.b	1.775	1.046
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>		<b>26</b>	<b>186</b>
Rendas Antecipadas		26	186
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>17</b>	<b>106.804</b>	<b>102.656</b>
Capital Social:		104.015	101.212
De Domiciliados no País	17.a	104.015	101.212
Reservas de Lucros	17.b	2.425	1.553
Ajustes de Avaliação Patrimonial		364	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	(109)
<b>Total do Passivo</b>		<b>418.482</b>	<b>803.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>48.946</b>	<b>75.048</b>
Operações de Crédito	8.g	25.333	76.454
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	11.534	4.025
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	11.954	(5.680)
Resultado de Operações com Câmbio		125	249
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(35.409)</b>	<b>(38.286)</b>
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(25.478)	(22.861)
Operações de Empréstimos e Repasses		(18)	(196)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.913)	(15.229)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>13.537</b>	<b>36.762</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(8.766)</b>	<b>(10.752)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	20	91	345
Despesas de Pessoal	21	(1.469)	(16.541)
Outras Despesas Administrativas	22	(6.408)	(9.051)
Despesas Tributárias	23	(1.074)	(3.181)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(178)	(237)
Outras Receitas Operacionais	24	707	18.109
Outras Despesas Operacionais	25	(435)	(196)
		-	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>4.771</b>	<b>26.010</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>26</b>	<b>(169)</b>	<b>11</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>4.602</b>	<b>26.021</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>27</b>	<b>(1.760)</b>	<b>(9.196)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(2.356)	(176)
Provisão para Contribuição Social		(1.455)	(118)
Ativo Fiscal Diferido		2.051	(8.902)
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(375)</b>	<b>(3.161)</b>
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>2.467</b>	<b>13.664</b>
<b>Lucro Líquido por Ação - em (R\$100.000.000) Ações</b>		<b>0,0247</b>	<b>0,1366</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos)	Total
				Reserva Legal		Acumulados	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>101.212</b>	-	<b>1.553</b>	-	<b>(13.773)</b>	<b>88.992</b>
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-		13.664	13.664
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>		<b>101.212</b>	-	<b>1.553</b>		<b>(109)</b>	<b>102.656</b>
<b>Mutações do Semestre</b>		-	-	-	-	<b>13.664</b>	<b>13.664</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>101.212</b>	<b>459</b>	<b>2.302</b>	-	-	<b>103.973</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	364	-	364
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	2.467	2.467
Reserva de Lucros		-	-	123	-	(123)	-
Aumento de Capital		-	2.344	-	-	(2.344)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>		<b>101.212</b>	<b>2.803</b>	<b>2.425</b>	<b>364</b>	-	<b>106.804</b>
<b>Mutações do Semestre</b>		-	<b>2.344</b>	<b>123</b>	<b>364</b>	-	<b>2.831</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>2.467</b>	<b>13.664</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:</b>		<b>9.147</b>	<b>25.074</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	9.913	15.229
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	11	178	237
Depreciações e Amortizações	22	732	983
Tributos Diferidos		(2.051)	8.902
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	25	-	276
Provisão de Participações no Lucro		375	-
Outras Provisões		-	(553)
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>11.614</b>	<b>38.738</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(67.805)	66.202
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(18.156)	222
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(29.965)	975
<b>Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências</b>			
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		150	159
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		29.336	112.808
Redução (Aumento) em Outros Créditos		394	12.508
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(101)	(686)
Aumento (Redução) em Depósitos		(26.227)	42.435
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(700)	(55.647)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(22.783)	3.761
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(414)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		642	(50.246)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		19	(87)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(56.191)</b>	<b>104.940</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(117)	(748)
Alienação de Investimentos		-	268
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(117)</b>	<b>(480)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(56.308)</b>	<b>104.460</b>
<b>Modificações na Posição Financeira:</b>			
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre</b>	<b>4</b>	<b>82.011</b>	<b>102.645</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre</b>	<b>4</b>	<b>25.703</b>	<b>207.105</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(56.308)</b>	<b>104.460</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

## 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 19 de agosto de 2014 e estão divulgadas, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

## 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

### a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

### b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

### c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores são compostos conforme Nota 4.

### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”, e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

### f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de “*hedge*” contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

#### **g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência devem permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

#### **h) Outros ativos**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

#### **i) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

#### **j) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### **j.1) Investimentos em Controladas**

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

**j.2) Imobilizado de Uso e Diferido**

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo, móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 13.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 30 de junho de 2013, o ativo diferido está representado por gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa. Em junho de 2014 o saldo do diferido foi totalmente amortizado.

**k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")**

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado. Em junho de 2013 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)**

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

**n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

**o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS 0,65% e a Cofins 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

#### q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultados de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

#### r) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 19.c.

#### s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

#### t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2014 e 2013 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

#### u) Informações Suplementares

Até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2014 foram publicadas duas normas legais relacionadas à matéria tributária, que embora tenha início de vigência em 1º de janeiro de 2015, poderiam produzir algum evento subsequente nos resultados auferidos pelo Banco, ora demonstrados, cujos procedimentos adotados pela Administração estão adiante descritos:

#### Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, fruto da conversão da MP 627/13, revogou o RTT - Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, regime que eliminava os efeitos tributários dos ajustes contábeis efetuados em função das alterações introduzidas na Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 pela Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2008.

Mencionada Lei concedeu às pessoas jurídicas a opção de antecipar seus efeitos da Lei para o ano - calendário de 2014, o que resultaria na adoção de todos os procedimentos tributários nela inseridos, a partir de 1º de Janeiro de 2014.

A Administração fez uma avaliação dos efeitos decorrentes da utilização da prerrogativa acima mencionada e concluiu que a antecipação de sua vigência não resultaria em nenhum benefício para a Instituição, por essa razão decidiu seguir o fluxo normal da entrada em vigor da Lei, acatando as alterações na formação de bases de cálculo dos tributos federais por ela trazidas, a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### Medida Provisória 651, de 09 de Julho de 2014.

Mencionada medida reabriu a possibilidade de adesão ao REFIS que trata a Lei nº 11.941, de 27 de Maio de 2009, proporcionando a liquidação de certos passivos tributários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com descontos dos juros, multas e encargos legais componentes da dívida.

O novo prazo de adesão ao REFIS se encerra em 25 de Agosto de 2014.

A Administração está analisando sua base de contencioso tributário e até o momento não foi identificado nenhum processo com indicação de perda para o Banco, que justificasse sua inclusão no programa de refinanciamento acima mencionado.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

##### Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

**Total**

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	4.203	1.617
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	21.500	205.488
<b>Total</b>	<u><b>25.703</b></u>	<u><b>207.105</b></u>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

			<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>21.500</b>	-	<b>21.500</b>	<b>205.488</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>21.500</b>	-	<b>21.500</b>	<b>205.488</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.500	-	21.500	15.453
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	190.035
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>4.089</b>	<b>4.089</b>	<b>221</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	376	376	121
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	3.400	3.400	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	313	313	100
<b>Total</b>	<b>21.500</b>	<b>4.089</b>	<b>25.589</b>	<b>205.709</b>
<b>Circulante</b>			<b>25.589</b>	<b>205.709</b>
<b>Longo Prazo</b>			-	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

**6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**
**a) Títulos e Valores Mobiliários**
**a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva**
**a.1.1) Títulos para Negociação**

			<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
<b><u>Títulos Públicos</u></b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	70.643
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	940	1	941	860
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	12.348
<b>Total</b>	<b>940</b>	<b>1</b>	<b>941</b>	<b>83.851</b>

**a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda**

			<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
<b><u>Títulos Públicos</u></b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.045	636	50.681	-
<b>Total</b>	<b>50.045</b>	<b>636</b>	<b>50.681</b>	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**a.2) Classificação e Vencimento**

	30/06/2014		30/06/2013
	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Títulos para Negociação</b>			
<b>Títulos Públicos</b>			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	70.643
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	941	941	860
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	12.348
<b>Total</b>	<b>941</b>	<b>941</b>	<b>83.851</b>
<b>Curto Prazo</b>		<b>941</b>	<b>83.851</b>
<b>Longo Prazo</b>		-	-

	30/06/2014		30/06/2013
	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>			
<b>Títulos Públicos</b>			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.681	50.681	-
<b>Total</b>	<b>50.681</b>	<b>50.681</b>	-
<b>Curto Prazo</b>		-	-
<b>Longo Prazo</b>		<b>50.681</b>	-

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários**

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2014	30/06/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.555	4.201
Rendas de Títulos de Renda Fixa	979	(176)
<b>Total</b>	<b>11.534</b>	<b>4.025</b>

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para os semestres findo em 30 de junho de 2014 e 2013 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 28.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"		"Value at Risk" jun/14		jun/13
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado - Dólar	Taxas de Juros prefixada e dólar	0	0	31
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	5	16
<b>Exposição com Correlação</b>		<b>2</b>	<b>5</b>	<b>36</b>

Carteira "Banking"		Teste de Estresse jun/14		jun/13
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		7.310	4.054	12.873

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado**

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2014			30/06/2013		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<b><u>NDF</u></b>						
<b>Posição Ativa</b>	-	-	<b>40</b>	<b>2.161</b>	<b>3.151</b>	<b>86.282</b>
Commodities	-	-	40	25	22	5.875
Dólar	-	-	-	2.136	3.129	80.407
<b>Posição Passiva</b>	-	<b>(39)</b>	<b>(40)</b>	<b>(3.137)</b>	<b>(4.021)</b>	<b>(86.282)</b>
Commodities	-	(39)	(40)	(12)	(88)	(5.875)
Dólar	-	-	-	(3.125)	(3.933)	(80.407)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>-</b>	<b>(39)</b>	<b>-</b>	<b>(976)</b>	<b>(870)</b>	<b>-</b>
<b><u>Swap</u></b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>60</b>	<b>47</b>	<b>1.068</b>	<b>179</b>	<b>231</b>	<b>6.140</b>
CDI	-	-	-	-	57	723
IPCA <sup>(1)</sup>	60	47	1.068	179	174	5.417
<b>Posição Passiva</b>	-	-	<b>(1.068)</b>	<b>(5)</b>	-	<b>(6.140)</b>
CDI	-	-	(1.068)	(5)	-	(723)
IPCA	-	-	-	-	-	(5.417)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>60</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>174</b>	<b>231</b>	<b>-</b>
<b><u>Opções</u></b>						
<b>Posição Passiva</b>	-	-	-	<b>(41)</b>	<b>(41)</b>	<b>(4.201)</b>
Commodities	-	-	-	(41)	(41)	(4.201)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41)</b>	<b>(41)</b>	<b>(4.201)</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2014		30/06/2013
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	-	(39)	(39)	40	(870)	86.282
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	60	(13)	47	1.068	231	6.140
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(41)	(4.201)
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	135.820	-	320.359
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>(52)</b>	<b>8</b>	<b>136.928</b>	<b>(680)</b>	<b>408.580</b>

**b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento**

				30/06/2014		30/06/2013
	3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	-	(39)	-	(39)	(870)	(870)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	-	47	-	47	231	231
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(41)	(41)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>(680)</b>	<b>(680)</b>

				30/06/2014		30/06/2013
	3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
<b>Futuros Referencial</b>						
Commodities	-	-	-	-	6.175	6.175
DDI	21.975	54.938	5.494	82.406	178.810	178.810
DI	-	2.000	1.500	3.500	98.000	98.000
Dólar	49.541	-	-	49.541	37.374	37.374
BGI	-	372	-	372	-	-
<b>Total</b>	<b>71.516</b>	<b>57.310</b>	<b>6.994</b>	<b>135.819</b>	<b>320.359</b>	<b>320.359</b>

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes aos contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$534 (30/06/2013 – (R\$2.236)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&amp;FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$36.542 (30/06/2013 - R\$27.609), representados por NTN.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&amp;FBovespa.

**b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

			01/01 a 30/06/2014		01/01 a 30/06/2013
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	Resultado
NDF	458	(712)	(254)	(837)	(837)
"Swap"	47	(13)	34	584	584
Opções	12	-	12	34	34
Futuros					
DI	108	(14)	94	443	443
DDI	3.545	(823)	2.722	(6.614)	(6.614)
BGI	378	(153)	225	10	10
Moedas	10.596	(1.417)	9.179	856	856
Dólar	-	(58)	(58)	(156)	(156)
<b>Total</b>	<b>15.144</b>	<b>(3.190)</b>	<b>11.954</b>	<b>(5.680)</b>	<b>(5.680)</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**7. Relações Interfinanceiras**

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$126 vide balanço para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

**8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa**
**a) Carteira de Créditos - Composição por Produto**

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>236.891</b>	<b>312.693</b>
<b>Adiantamentos a Depositantes</b>	<b>32</b>	<b>49</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>236.859</b>	<b>312.644</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	195.191	234.469
Capital de Giro	33.243	62.238
Conta Corrente Garantida	8.389	15.124
Cheque Especial	36	33
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	-	780
<b>Financiamentos</b>	<b>100.007</b>	<b>107.892</b>
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) <sup>(2)</sup>	4.286	6.368
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) <sup>(3)</sup>	95.721	101.524
<b>Financiamentos Rurais e Agroindustriais</b>	<b>694</b>	<b>4.609</b>
<b>Outros Créditos (Nota 9.d)</b>	<b>-</b>	<b>2.293</b>
Direitos Creditórios	-	2.293
<b>Sub-Total</b>	<b>337.592</b>	<b>427.487</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(28.394)</b>	<b>(37.952)</b>
<b>Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>-</b>	<b>(2.293)</b>
<b>Total</b>	<b>309.198</b>	<b>387.242</b>
<b>Circulante</b>	<b>277.198</b>	<b>314.318</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>32.000</b>	<b>72.924</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

**b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades**

				<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
	<b>Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias</b>	<b>Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias</b>	<b>Parcelas a Vencer Acima de 360 dias</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Setor Privado</b>					
Rural	28.529	256.971	29.485	314.985	75.537
Indústria	703	9.902	2.264	12.869	26.102
Comércio	-	-	-	-	10.220
Outros Serviços	1.892	3.138	-	5.030	23.912
Pessoas Físicas	-	4.041	667	4.708	284.045
Outros <sup>(1)</sup>	-	4.041	667	4.708	284.045
Habitação	-	-	-	-	7.671
<b>Total</b>	<b>31.124</b>	<b>274.052</b>	<b>32.416</b>	<b>337.592</b>	<b>427.487</b>

(1) No primeiro semestre de 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CPR, Capital de Giro, Cheque Especial e CDCA.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**c) Concentração de Crédito**

	<b>30/06/2014</b>				<b>30/06/2013</b>	
	<b>Valor</b>	<b>% da Carteira</b>	<b>Provisões</b>	<b>% das Provisões</b>	<b>Valor</b>	<b>% da Carteira</b>
10 Maiores Devedores	128.273	38%	890	3,13%	129.188	30%
50 Maiores Devedores Seguintes	171.728	51%	20.923	73,69%	201.317	47%
100 Maiores Devedores Seguintes	36.503	11%	6.479	22,82%	74.048	17%
Demais Devedores Seguintes	1.088	0%	102	0,36%	22.934	5%
<b>Total</b>	<b>337.592</b>	<b>100%</b>	<b>28.394</b>	<b>100%</b>	<b>427.487</b>	<b>100%</b>

**d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

A abertura da posição “Curso Normal” e “Curso Anormal” refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2014. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

<b>Nível de Risco</b>	<b>Carteira de Créditos</b>				<b>30/06/2014</b>	
	<b>% Provisão Mínima Requerida</b>	<b>Curso</b>		<b>Total</b>	<b>Provisão Requerida</b>	
		<b>Normal <sup>(1)</sup></b>	<b>Anormal <sup>(1)</sup></b>			
A	0,5%	165.494	-	165.494	828	
B	1%	66.900	4.086	70.986	710	
C	3%	23.593	15.699	39.292	1.179	
D	10%	13.264	15.090	28.354	2.835	
E	30%	1.285	5.072	6.357	1.907	
F	50%	35	8.113	8.148	4.074	
G	70%	4.881	2.119	7.000	4.900	
H	100%	-	11.961	11.961	11.961	
<b>Total</b>		<b>275.452</b>	<b>62.140</b>	<b>337.592</b>	<b>28.394</b>	

<b>Nível de Risco</b>	<b>Carteira de Créditos</b>				<b>30/06/2013</b>	
	<b>% Provisão Mínima Requerida</b>	<b>Curso</b>		<b>Total</b>	<b>Provisão Requerida</b>	
		<b>Normal <sup>(1)</sup></b>	<b>Anormal <sup>(1)</sup></b>			
A	0,5%	102.466	572	103.038	515	
B	1%	189.113	14.252	203.365	2.034	
C	3%	29.409	9.265	38.674	1.160	
D	10%	20.562	17.837	38.399	3.840	
E	30%	3.945	1.389	5.334	1.600	
F	50%	-	1.120	1.120	560	
G	70%	2.764	20.638	23.402	16.381	
H	100%	118	14.037	14.155	14.155	
<b>Total</b>		<b>348.377</b>	<b>79.110</b>	<b>427.487</b>	<b>40.245</b>	

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2013</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>40.245</b>	<b>31.445</b>
Constituições Líquida de Reversão	9.913	15.229
Baixa para Prejuízo	(21.764)	(6.429)
<b>Saldo Final <sup>(1)</sup></b>	<b>28.394</b>	<b>40.245</b>
<b>Circulante</b>	<b>(27.978)</b>	<b>(39.466)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(416)</b>	<b>(779)</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(2)</sup></b>	<b>1.602</b>	<b>21.718</b>

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No primeiro semestre de 2014 os créditos renegociados é de R\$34.649 (30/06/2013 – não houve créditos renegociados), relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 28.

#### f) Cessão de Crédito

##### f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No primeiro semestre de 2014 o banco transferiu carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação), pelo valor contábil, o montante de R\$ 5.028.

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
Total da Carteira Cedida	5.028	94.746
Valor da Venda	5.028	93.500
Prejuízo com Cessão de Créditos (Nota 8.g)	-	(1.246)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 8.g)	-	21.718

#### g) Resultado de Operações de Crédito

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1	10
Rendas de Empréstimos	24.265	43.935
Rendas de Financiamentos	(535)	12.037
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 8.g)	1.602	21.718
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 8.f.1)	-	(1.246)
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	<b>76.454</b>

### 9. Outros Créditos

#### a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2014.

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
<b>Ativo</b>		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(124)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	124	8
Câmbio Comprado a Liquidar	38	-
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>8</b>
<b>Circulante</b>	<b>38</b>	<b>8</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio Vendido a Liquidar	122	(8)
Obrigações por Compra de Câmbio	38	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	(38)	-
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>(8)</b>
<b>Circulante</b>	<b>122</b>	<b>8</b>

O valor das operações de câmbio em 30 de junho de 2014 foi liquidado em D+1.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins**

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
<b>Créditos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>19.654</b>	<b>31.351</b>
Constituições	4.084	2.591
Reversões	(2.143)	(12.819)
<b>Saldo Final</b>	<b>21.595</b>	<b>21.123</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>75</b>	<b>1.563</b>
Constituições	803	67
Reversões	(606)	(1.630)
<b>Saldo Final</b>	<b>272</b>	<b>-</b>

**b.1) Ativo Fiscal Diferido**

No primeiro semestre de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.394	37.952
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.675	1.046
Provisão para Despesas Administrativas	2.966	2.580
Ajustes Futuro - DI e DDI	665	1.153
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(31)	(54)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	52	505
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(2)	(23)
Perdas em Operações de Crédito	20.186	9.456
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	53.905	52.615
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	53.905	52.615
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>13.476</b>	<b>13.154</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>8.086</b>	<b>7.892</b>
Ajustes Futuro - DI e DDI	665	1.153
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	52	505
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>717</b>	<b>1.658</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>33</b>	<b>77</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>21.595</b>	<b>21.123</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.587</b>	<b>1.607</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>19.008</b>	<b>19.516</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.2) Passivo Fiscal Diferido**

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	636	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(30)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	606	-
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>152</b>	-
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>91</b>	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	636	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>636</b>	-
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>30</b>	-
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>272</b>	-
<b>Circulante</b>	<b>272</b>	-

**b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido**

<b>Ano</b>	<b>30/06/2014</b>			30/06/2013		
	<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>Valor Líquido dos Impostos Diferidos</b>	<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>Valor Líquido dos Impostos Diferidos</b>
2013		-	-	1.607	-	1.607
2014	2.587	272	2.315	1.780	-	1.780
2015	3.177	-	3.177	1.972	-	1.972
2016	1.370	-	1.370	4.759	-	4.759
2017	1.940	-	1.940	9.920	-	9.920
2018	2.932	-	2.932	1.085	-	1.085
Após 2019	9.589	-	9.589	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21.595</b>	<b>272</b>	<b>21.323</b>	<b>21.123</b>	<b>-</b>	<b>21.123</b>

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente do ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2014 considerando a taxa de captação projetada (CDI) para os períodos é de R\$ 14.949( 30/06/2013 - R\$ 16.353).

**d) Outros Créditos - Diversos**

	<b>30/06/2014</b>	30/06/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.835	736
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 16 b.1)	41	13
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 16 b.2)	936	932
Direitos Creditórios	-	2.175
Adiantamentos Salariais/Outros	25	271
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19.c)	34	43
Outros	34	28
<b>Total</b>	<b>3.905</b>	<b>4.198</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.905</b>	<b>4.198</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**10. Outros Valores e Bens**

	30/06/2014	30/06/2013
Bens não de Uso - Imóveis	-	8.000
Despesas Antecipadas	198	686
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>8.686</b>
<b>Circulante</b>	<b>198</b>	<b>8.686</b>
<b>Longo Prazo</b>	-	-

**11. Participações em Coligadas e Controladas**

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/06/2014	
	Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
<b>Investimentos Controladas do Banco</b>				
Original Negócios Agropecuários Ltda <sup>(1) (2) (3)</sup>	Intermediação	149.985	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda <sup>(1) (4) (5)</sup>	Investimento	99.999	99,99%	99,99%
<b>Coligada do Banco</b>				
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda <sup>(6)</sup>	Securitização	3.735	23,75%	23,75%
	<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>Lucro Líquido/ (Prejuízo)</b>	<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013
<b>Controladas do Banco</b>				
Original Negócios Agropecuários Ltda	322	(1)	321	21
Original Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	100	100
<b>Coligada do Banco</b>				
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda	294	(1.088)	109	79
<b>Total</b>	<b>616</b>	<b>(1.089)</b>	<b>530</b>	<b>200</b>
			<b>(178)</b>	<b>(237)</b>

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Atual denominação da JBS Negócios Agropecuários Ltda;

(3) Em março de 2012 ocorreu aumento de capital no valor de R\$50, permanecendo o valor de cada cota de R\$1;

(4) Atual denominação da Pecos Administradora de Recursos Ltda, ocorrida em 21 de maio de 2012;

(5) Em junho de 2013 o capital social da empresa passou de R\$20.100 representado por 20.100.000 quotas no valor de R\$1,00 cada, para R\$100 com o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio, até 31 de dezembro de 2013 ainda não entrou em operação está registrado na rubrica de "Outras obrigações" (Nota 15.b);

(6) Em 07 de novembro de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$350, aumentando a participação societária para 23,75%.

**12. Imobilizado de Uso**

	30/06/2014		30/06/2013	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	246	(68)	179	256
Sistemas de Processamento de Dados	2.713	(1.637)	1.076	1.169
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(140)	121	161
<b>Total</b>	<b>3.220</b>	<b>(1.845)</b>	<b>1.375</b>	<b>1.586</b>

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

**13. Diferido**

	30/06/2014		30/06/2013	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos de Organização e Expansão	-	-	-	1.193

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><b>1.193</b></u>
--------------	----------	----------	----------	---------------------



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses****a) Depósitos**

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2014	30/06/2013
					Total	Total
Depósitos à Vista	3.796	-	-	-	3.796	10.746
Depósitos Interfinanceiros	-	30.480	-	-	30.480	203.611
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	8.118	43.096	63.362	114.576	179.341
<b>Total</b>	<b>3.796</b>	<b>38.598</b>	<b>43.096</b>	<b>63.362</b>	<b>148.852</b>	<b>393.698</b>
<b>Circulante</b>					<b>85.490</b>	<b>296.104</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>63.362</b>	<b>97.594</b>

(1) Em 30 de junho de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 107.649 ( 2013 - R\$ 160.601 ) e CDB no montante de R\$ 6.927 (2013- R\$ 18.740)

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 115,50% do CDI e 100% do IPCA + taxa entre 8,05% e 8,85% a.a. (30/06/2013 - 88% e 115,50% do CDI e IPCA 100%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,84% a.a. e 10,80% a.a. (30/06/2013 - 5,30% a.a. e 13,75% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (30/06/2013 - 108% e 130% do CDI), ou 100% do IGPM + 8,84% a.a. (30/06/2013 - 100% do IGPM+ 8,84% a.a.) ou 100% do IPCA + taxa entre 6% e 8,65% a.a. (30/06/2013 - 100% do IPCA+ 7,65% a 8,65% a.a.).

**a.1) Despesa de Captação no Mercado**

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 31/06/2013
	Depósitos Interfinanceiros	934
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	9.231	9.569
Captação no Mercado Aberto	6.009	546
LCA	9.160	6.660
Outros <sup>(1)</sup>	144	50
<b>Total</b>	<b>25.478</b>	<b>22.861</b>

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos e contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

**b) Captações no Mercado Aberto**

	De 3 a 12 Meses	30/06/2014 Total	30/06/2013 Total
	<b>Carteira Própria</b>	-	-
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	-	-	6.002
<b>Total</b>	-	-	<b>6.002</b>
<b>Circulante</b>			<b>6.002</b>

(1) Refere-se a LTN.

**c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2014	30/06/2013
				Total	Total
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>68.835</b>	<b>69.927</b>	<b>15.122</b>	<b>153.884</b>	<b>199.127</b>
LCA	68.835	69.927	15.122	153.884	199.127
<b>Total</b>	<b>68.835</b>	<b>69.927</b>	<b>15.122</b>	<b>153.884</b>	<b>199.127</b>
<b>Circulante</b>				<b>138.762</b>	<b>187.800</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>15.122</b>	<b>11.327</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 103% do CDI (30/06/2013 - 50% e 110,5% do CDI e 100% do IPCA). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 2,88% a.a. e 11,66% (30/06/2013 - 6,43% a.a. e 11,92% a.a.).

**d) Relações Interdependências**

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior no montante de R\$407, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

**e) Obrigações por Repasses do País**

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				30/06/2014	31/06/2013
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	-	-	-	-	1.516
Funcafé - Custeio	-	-	-	-	1.671
Funcafé - Estocagem	-	-	-	-	507
Funcafé - Capital de Giro	74	154	465	693	914
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>154</b>	<b>465</b>	<b>693</b>	<b>4.608</b>
<b>Circulante</b>				<b>228</b>	<b>3.694</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>465</b>	<b>914</b>

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**15. Outras Obrigações****a) Fiscais e Previdenciárias**

	30/06/2014	30/06/2013
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	12	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	3	186
Outros	210	466
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	2.357	176
Provisão para Contribuição Social	1.455	118
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	272	-
<b>Total</b>	<b>4.309</b>	<b>946</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.309</b>	<b>946</b>

**b) Outras Obrigações - Diversas**

	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	1.675	1.046
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	71	807
Outras Despesas Administrativas	154	457
Outros Pagamentos	718	205
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Outras	38	174
<b>Total</b>	<b>2.756</b>	<b>2.789</b>
<b>Circulante</b>	<b>981</b>	<b>1.743</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.775</b>	<b>1.046</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**16. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões****a) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2014 e 2013.

**b) Provisões e Passivos Contingentes****b.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 30 de junho de 2014, o Banco possuía R\$1.675 (30/06/2013 - R\$1.046) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 41 (30/06/2013 - R\$13).

**b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.332</b>	<b>850</b>
Constituição Líquida de Reversão	(657)	196
<b>Saldo Final</b>	<b>1.675</b>	<b>1.046</b>

**b.2) Provisões para Processos Cíveis**

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 o Banco não possuía ações cíveis com saída de recursos prováveis, mas possui ação ativa para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$936 (30/06/2013 - R\$932).

**b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho o Banco tinha o montante de R\$ 73 considerado como perda possível de processos de natureza trabalhista. (30/06/2013 - 0)

**17. Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

Em 30 de junho de 2014, o capital social é de R\$104.015 (30/06/2013 - R\$101.212) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	<b>30/06/2014</b>		30/06/2013	
	<b>Ordinárias</b>	<b>Total</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Total</b>
De Domiciliados no País	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>

Em assembléia realizada em 30 de junho de 2014 foi aprovada a deliberação de aumento de capital social da Companhia no valor de R\$2.344, mediante a distribuição do lucro, passando a R\$ 104.015, sem a emissão de novas ações. Em fase de homologação pelo BACEN.

**b) Reserva de Lucros****b.1) Reserva Legal**

Em 30 de junho de 2014 foi constituída reserva legal R\$ 123 (30/06/2013 - R\$2.425), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do semestre, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não houve constituição de reserva estatutária.

### b.3) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN é de R\$ 364 (30/06/2013 - R\$ 0)

### c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não foram deliberados JCP e Dividendos.

## 18. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Patrimônio de Referência Nível I	2.033.285	2.014.130
Patrimônio de Referência Nível II	-	3.406
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>2.033.285</b>	<b>2.017.536</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>842.610</b>	<b>265.127</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	249.718	175.808
RWA <sub>MPAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	528.742	24.824
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	64.150	64.495
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b><u>26,5</u></b>	<b><u>83,7</u></b>

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2014 e 2013, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

## 19. Partes Relacionadas

### a.) Benefícios Pós-Emprego

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

### b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2014 e 2013:

Acionistas	<u>30/06/2014</u>		<u>30/06/2013</u>	
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Ordinárias</u>
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações Ltda (J&F) <sup>(1)</sup>	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
<b>Total</b>	<b><u>100.000.000</u></b>	<b><u>100%</u></b>	<b><u>100.000.000</u></b>	<b><u>100%</u></b>

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2014	30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	-	<b>15.453</b>	-	<b>35</b>
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	-	15.453	-	35
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>57</b>	<b>(155)</b>	-	-
Banco Original S.A.	57	(131)	-	-
J&F Participações Ltda	-	(24)	-	-
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(55)</b>	<b>(248)</b>	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(20)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1)	(1)	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda	-	(16)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(30)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(14)	(35)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	-	-	-
J&F Participações Ltda	(2)	(10)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(3)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(3)	-	-	-
Outros <sup>(2)</sup>	-	(133)	-	-
<b>Depósito Interfinanceiro</b>	<b>(21.500)</b>	<b>(203.611)</b>	<b>(9)</b>	<b>(3.611)</b>
Banco Original S.A.	(21.500)	(203.611)	(9)	(3.611)
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>(344)</b>	<b>(4.458)</b>	<b>(5)</b>	<b>(174)</b>
Matone Promotora Ltda (Promotora)	-	(4.407)	-	(174)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(302)	(9)	(2)	-
Outros <sup>(2)</sup>	(42)	(42)	(3)	-
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(14.122)</b>	<b>(67)</b>	<b>(56)</b>
J&F Investimentos S.A.	-	(103)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(5)	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.623)	-	(56)
Outros <sup>(2)</sup>	(1.263)	(12.391)	(67)	-
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	-	-	-	<b>(1.246)</b>
J&F	-	-	-	(1.246)

(1) Controlado pela J&F;

(2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**20. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Serviços de Conta Corrente	-	1
Intermediação e Assessoria Financeira	14	35
Cobrança de Serviços de Câmbio	16	-
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	61	309
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>345</b>

**21. Despesas de Pessoal**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	(1.094)	(12.724)
Encargos	(131)	(1.786)
Benefícios	(239)	(1.533)
Honorários	-	(120)
Outras	(5)	(378)
<b>Total</b>	<b>(1.469)</b>	<b>(16.541)</b>

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco foi transferido para o Banco Original S.A.. As despesas de pessoal foram, em sua maioria, transferidas também.

**22. Outras Despesas Administrativas**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(1.360)	(1.760)
Depreciações e Amortizações	(732)	(983)
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	(413)	(1.248)
Comunicações	(234)	(228)
Processamento de Dados	(1.715)	(1.814)
Aluguéis	(353)	(512)
Transportes e Viagens	(461)	(1.010)
Serviços de Vigilância e Segurança	(25)	(6)
Manutenção e Conservação de Bens	(94)	(229)
Serviços do Sistema Financeiro	(414)	(270)
Água, Energia e Gás	(14)	(18)
Material	(9)	-
Outras	(584)	(973)
<b>Total</b>	<b>(6.408)</b>	<b>(9.051)</b>

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

**23. Despesas Tributárias**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Despesa com Cofins	(893)	(1.234)
Despesa com ISS	(5)	(17)
Despesa com PIS/Pasep	(145)	(201)
IOF	-	(1.711)
Outras	(31)	(18)
<b>Total</b>	<b>(1.074)</b>	<b>(3.181)</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**24. Outras Receitas Operacionais**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Atualização de Impostos a Compensar	87	8
Reversão de Provisões Contingências	569	553
Recuperação De Encargos E Despesas	25	
Atualização de Depósitos Judiciais	5	
Outras <sup>(1)</sup>	21	17.548
<b>Total</b>	<b>707</b>	<b>18.109</b>

(1) Em 2013 tivemos reversão sobre o pagamento de PLR e bônus

**25. Outras Despesas Operacionais**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	-	196
Provisões Operacionais	435	-
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>196</b>

**26. Resultado não Operacional**

Em 2014 refere-se principalmente a Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens R\$2 (30/06/2013 - R\$15).

**27. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>	01/01 a 30/06/2013
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado</b>	<b>4.227</b>	<b>22.861</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	178	237
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	173	292
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	176	(250)
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>4.578</b>	<b>23.389</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>4.581</b>	<b>22.847</b>
CSLL - 15%	(687)	(3.508)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(1.074)	(5.688)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.760)</b>	<b>(9.196)</b>
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(1.760)	(9.196)

**28. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

#### **a. Gerenciamento de Riscos Operacionais**

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

#### **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado**

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pelo Comitê que o deliberou. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: Valor em Risco ("*VaR*"), Testes de Estresse, "*Stop Loss*" e Análise de sensibilidade.

#### **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez**

O Banco tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo Comitê Executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Banco relatórios que quantificam este monitoramento.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos. Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos, Projeção do Fluxo de Caixa e Plano de Contingência.

A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade e alçada do Comitê Executivo.

#### **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar, gerar indicadores e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócio, reportando a Alta Administração possíveis desvios.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco numa operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

O Banco utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

## **29. Outras Informações**

### **a. Garantias Prestadas**

Em 30 de junho de 2014, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$755 (2013 - R\$6.050), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários.

### **b. Plano de Aposentadoria e Pensões**

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

\*\*\*\*